

Nas trilhas da (in)visibilidade

Edimar Antonio Fernandes*

Nasci em 1983, na *Terra indígena Toldo Chimbangue* no, hoje, município de Chapecó (SC). Por ser filho de pai *Kaingang* e mãe não-indígena, conheci as “duas faces da moeda”, tive a possibilidade de vivenciar tanto a realidade indígena quanto a não-indígena. Relembrar a trajetória de um indígena, na maioria das vezes, é retomar recortes de histórias, lutas e superação, comigo não foi diferente. Fiquei órfão de pai aos dois anos de idade, fato que me impossibilitou de continuar morando na aldeia, em face de ameaças e conflitos, pois a família da minha mãe morava fora da aldeia, na comunidade de Sede Trentin¹, que faz divisa com a Reserva. Por ser de família pobre e sem condições financeiras para ingressar em escolas particulares, cursei o ensino fundamental e médio em escolas públicas, sempre conciliando os estudos com alguma atividade remunerada. Fui agricultor, trabalhei como professor de Educação Física e também prestador de serviços para os não-indígenas nas proximidades da Reserva. Para estudar, muitas vezes escrevi em cadernos já utilizados pelos meus irmãos e usando um único lápis durante o ano inteiro para não gerar despesas à família. Aprendi desde muito cedo, a “brincar” com a enxada e o arado ajudando minha mãe na labuta diária em busca de sustento. Nos momentos em que não trabalhávamos na lavoura e nos períodos de férias ia visitar meus avós paternos e parentes em *Toldo Chimbangue*.

Após a morte de meu pai, as dificuldades e as pressões sobre a família e, principalmente, sobre minha mãe só aumentaram, a ponto de ela entrar em depressão, deixando-se ficar nesse estado por algum tempo, o que a impossibilitava de dar continuidade aos negócios da família. No período, meus tios cogitaram a possibilidade de interná-la em um sanatório e distribuir os filhos para os parentes criar. Vários foram os tratamentos feitos em busca de melhora, todos sem resultados, até que, como “por milagre”, ela voltou ao estado normal. Mesmo enfrentando dificuldades para criar os filhos, ela jamais cogitou a possibilidade de “dar” alguns dos filhos para ser criado por estranhos.

* Membro da etnia *Kaingang*. Administrador presentemente discente especial do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Diante da situação que enfrentamos, no ano de 1996, meus tios sugeriram que fôssemos morar em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, na casa de outra tia irmã de minha mãe, a qual possuía dois restaurantes. Assim foi feito. Na casa da minha tia, morávamos quatro pessoas em um quartinho que tinha espaço apenas para dois beliches. Ali, minha mãe começou a trabalhar na cozinha do restaurante e nós, em meio expediente, estudávamos e, nos outros períodos, ajudávamos no atendimento aos clientes como garçons mirins. Um ano se passou até que decidimos voltar para Santa Catarina, agora para morar na cidade de Chapecó na casa de outro tio.

No ano de 1998, a convite de minha irmã, Rosani Fernandes, mudei-me para a Terra Indígena *Xaçecó*, localizada no, hoje, município de Ipuçu (SC), onde concluí o ensino fundamental em 1998 e médio em 2001, morando inicialmente na aldeia Sede do Posto e depois na Aldeia Pinhalzinho. No final de 2001, resolvi pela primeira vez tentar ingressar na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), no Município de Xanxerê (SC), mas vi meu sonho ficar distante ao receber o resultado do processo seletivo e não encontrar meu nome na lista dos aprovados.

Na época, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pagava a matrícula e as mensalidades escolares, somente aos indígenas que ingressavam no ensino superior, no início do ano, ou seja, aqueles que prestavam o vestibular de verão. Como não passei no vestibular de verão, pensei prestar o vestibular de inverno e tentar ingressar na Universidade na metade do ano, mas por não ter condições financeiras para pagar a matrícula e muito menos as mensalidades, tive que esperar um ano para arriscar novamente, pois a ajuda de custo oferecida pela FUNAI não previa a entrada de estudantes “fora de época”.

Nesse intervalo de tempo, consegui emprego na Usina hidrelétrica UHE Quebra Queixo, que estava sendo construída no município de Ipuçu. Muitos indígenas, inclusive eu, deslocavam-se todos os dias percorrendo mais de 50 quilômetros de estrada de chão para trabalhar e garantir o sustento, apesar da contradição (e, talvez em função dela) permaneci na Usina por aproximadamente um ano. A vontade de fazer um curso superior continuava viva, porém o horário de trabalho das seis da manhã às sete da noite inviabilizava os estudos.

Na segunda tentativa de ingressar no ensino superior fui mais bem sucedido. No final de 2002, prestei vestibular à Faculdade Católica Integrada de Palmas (FACIPAL), atualmente, Centro Universitário Católico do Sudoeste do Paraná (UNICS), no município de Palmas (PR). Pedi demissão da empresa que trabalhava e ingressei no Curso de

Administração de Empresas, no primeiro semestre de 2003, com bolsa integral concedida pela FUNAI. Apesar de receber bolsa, as dificuldades continuavam, pois tinha que percorrer mais de 200 km diários e para estudar devia arcar com o pagamento dos custos referentes a material escolar e transporte.

Na mesma época, fui convidado pelas lideranças indígenas para atuar, como professor da disciplina de Educação Física, na Escola Indígena de Ensino Fundamental Pinhalzinho, na aldeia Pinhalzinho. O convite feito para que eu atuasse em uma área tão distante da minha formação em Administração ocorreu pela falta de professores indígenas com curso superior, mas por outro lado significava reconhecer meu ingresso no ensino superior e a necessidade de ter pessoas da própria comunidade atuando em nosso benefício.

Em 2003, transferi o curso para a UNOESC, por estar localizada mais próxima da aldeia, facilitando o acesso. Durante o andamento do curso tivemos algumas reuniões entre universitários, lideranças indígenas e representantes da FUNAI que alegavam não dispor de recursos para manter o pagamento integral das mensalidades. Inúmeras negociações foram feitas para garantir o término do curso pelos estudantes que se encontravam com o ensino superior em andamento e, também, daqueles que ingressariam na faculdade. A princípio, a proposta da FUNAI era se eximir de qualquer responsabilidade com o pagamento das mensalidades, os estudantes deveriam pagar 50% e a Universidade 50%. Após inúmeras reuniões e reivindicação dos estudantes chegamos a termo: a FUNAI pagaria 25% da mensalidade que cabia aos discentes e a Instituição isentava os indígenas dos 50% restantes do valor mensal. Portanto, aos indígenas estudantes coube pagar 25% do valor estipulado pelo curso.

Em 2004, com a mudança de minha irmã para outro estado, tudo se tornou mais difícil. O salário como professor não-habilitado resultava insuficiente para pagar as despesas com transporte, alimentação e parte da mensalidade. Além disso, a Secretaria de Educação do Estado passou a exigir, no momento da recontração dos professores, que fossem formados ou que estivessem fazendo o curso de graduação ou magistério para atuar na escola. Minha situação complicava a cada ano, pois para me manter como professor, as lideranças envolviam-se em acaloradas e acirradas discussões com representantes da educação em Santa Catarina. A situação durou dois anos. No intervalo de tempo, alguns colegas, também indígenas, ingressaram no curso de Educação Física. Comecei então a analisar a possibilidade de atuar em algum setor da comunidade voltado à área de Administração para que os novos universitários ingressassem

como professores de Educação Física. Mas minhas expectativas se frustraram quando percebi que não havia nenhuma chance de inserção.

Em conversa com colegas de turma fui convidado a trabalhar na empresa Hacker Industrial², empresa privada situada a 30 km da aldeia, no município de Xanxerê (SC). Se aceitasse a proposta, ganharia mais, entretanto deveria sair mais uma vez da aldeia. Tal decisão mudaria os rumos da minha vida e, para tomá-la, fui apoiado pelas lideranças e pela família. Em agosto de 2005, mudei-me para Xanxerê, trabalhava e estudava durante a semana e, nos finais de semana, voltava à aldeia onde me refugiava das tensões da cidade em brincadeiras, jogos de futebol, caçadas e pescarias.

O tempo em que trabalhei na Hacker Industrial contribuiu significativamente para meu crescimento profissional. Quando ingressei na organização, trabalhava no setor de controle de estoque como auxiliar de serviços gerais. Após quatro meses na empresa, fui convidado a fazer parte da equipe do Planejamento e Controle de Produção (PCP), exercendo atividades de cunho gerencial. Era conhecido pela maioria dos colaboradores como “índio” e o trabalho que desempenhava superou as expectativas de todos, inclusive dos gerentes e sócios da empresa, que até então, demonstravam falta de conhecimento sobre povos indígenas, reforçando e reproduzindo estereótipos como “índio não é bom para o trabalho”, “são preguiçosos”. Inúmeras vezes defendi os povos indígenas, argumentando contra o discurso enraizado, não apenas no ambiente empresarial, mas, também, na Universidade e em outros lugares sociais que se pensam “civilizados” nos quais era/sou obrigado a conviver.

Apesar de defender nossas causas perante críticas individuais, me sentia nulo em relação ao movimento indígena, pois trabalhava em uma empresa que produzia equipamentos para construção de usinas hidrelétricas e que apoiava a implantação de projetos de desenvolvimento que não respeitam as terras indígenas.

Superando as adversidades, concluí o curso de Administração de Empresas no final de 2007. O fato de não estar atuando no movimento indígena me deixava insatisfeito, pois sentia a necessidade de fazer muito mais para contribuir com os povos indígenas em geral. Tomado pelo dilema, conheci o edital diferenciado do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), da Universidade Federal do Pará (UFPA), por intermédio da minha irmã que é discente do Programa. O edital oferecia duas vagas específicas para indígenas que se propusessem a trabalhar a temática dos Direitos Humanos atendendo assim a grupos que, historicamente, estão em desvantagem.

No curso de Pós-Graduação em Direito vi a possibilidade de contribuir de forma mais qualificada nas demandas do movimento indígena e do meu povo. Ingressar via seleção diferenciada para povos indígenas significava a esperança de poder dar continuidade aos estudos e de vislumbrar um futuro diferente, o qual permitirá trabalhar com meu povo. Mas, para tanto, deveria me deslocar para a cidade de Belém, no estado do Pará, onde o mestrado é oferecido. No início de 2008 fiz uma visita a Rosani, em Marabá (PA), onde fui incentivado por ela e pela professora Jane Felipe Beltrão a elaborar meu pré-projeto. A possibilidade de ter a professora Jane como minha orientadora me deixou muito animado, afinal Rosani é sua orientanda e havia falado do seu comprometimento com a luta dos povos indígenas por direitos.

Em julho de 2008, conversei com as lideranças da aldeia explicando a importância da Pós-Graduação e como eu poderia contribuir com a comunidade de maneira mais efetiva. As lideranças se mostraram compreensivas e, sem cerimônia, respaldaram minha viagem.

No mês seguinte, desliguei-me da empresa Hacker Industrial e viajei para Marabá onde estabeleci residência na casa da Rosani, na comunidade indígena *Kyikatêjê*³. Posteriormente, viajei a Belém. Depois de me estabelecer, conversei com a professora Jane e, juntos, definimos as diretrizes referentes à proposta de trabalho a partir da qual busco compreender as organizações indígenas constituídas em face da demanda política dos não-indígenas e a relação que estabelecem com os povos indígenas. Problematizo, via projeto, as dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas quando na interação com o Estado e as instituições em busca de promover e fazer valer direitos à saúde, à educação e às denominadas atividades produtivas entre outras áreas de interação.

O tema associações indígenas demanda, além das atribuições como pesquisador, a atividade de consultor, pois ao chegar à comunidade *Kyikatêjê*, integrei-me às atividades da Aldeia e, como sou formado em Administração passei a auxiliar os dirigentes nos trabalhos quotidianos.

Ainda em 2008, ingressei no PPGA, em fase de nivelamento, a princípio assistindo a aulas como ouvinte e, posteriormente, em 2009, matriculado nas disciplinas de Direitos Fundamentais; Arqueologia e Direitos Humanos; *Tópicos Especiais em Ciências Humanas: Identidade, colonialismo e Globalização*; Teoria dos Direitos Humanos e *Tópicos Especiais em Ciências Humanas: Populações Tradicionais, Territórios Sociais e Unidades de Conservação*. cursar as disciplinas possibilitou conhecer mais sobre a construção do Direito no Brasil e os direitos dos povos indígenas ao reconhecimento dos sistemas próprios de Direito vivenciados nas aldeias.

Também fui brindado com instrumentos que permitem conhecer novos espaços nas discussões acerca da dignidade humana (quilombos, ribeirinhos, extrativistas, enfim, grupos tradicionais historicamente vulnerabilizados), na luta por acesso à educação e saúde de qualidade, habitação, alimentação, enfim, direitos que nos são assegurados como cidadãos brasileiros.

Em face das habilidades como “aprendiz de pesquisador” passei a integrar o *Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (PAPIT)*, inicialmente, como discente-colaborador, auxiliando na formulação e no teste dos instrumentos utilizados em campo. Posteriormente, passei a colaborar com estagiários e bolsistas de Iniciação Científica, discentes de pós-graduação e docentes do projeto, tornando-me colaborador de atividades e projetos, sempre disposto a aprender no campo do Direito e da Antropologia.

Foi assim que, junto com Rosani, e sob orientação da professora Jane, escrevemos o texto: *Matemática Kaingang na Aldeia Pinhalzinho* para o trabalho de formação de tutores para Educação a Distância do *Programa de Formação, Tecnologias e Prestação de Serviços em Educação e Ciências Matemáticas (EDUCIMAT)* da UFPA.

Acompanhando e participando das lutas e dificuldades da minha comunidade, no que tange as relações com o Estado brasileiro, percebo que a discussão acerca do direito, em especial dos Direitos Humanos, possibilitará a elaboração de respostas às demandas que fazemos como indígenas. O Mestrado em Direito representa uma participação-intervenção qualificada na busca pela efetivação dos direitos negados historicamente. Acima de tudo, na luta pelo reconhecimento da dignidade da pessoa humana, em sendo indígena. Representa, ainda, a possibilidade de discutir acerca dos diversos sistemas jurídicos dos povos indígenas em um cenário marcado por conflitos e disputas ideológicas, que é o campo do judiciário no Brasil. A problematização-reflexão desses temas, academicamente, contribuirá de forma significativa para a busca de respostas enquanto indígena, bem como alteridade e diferentes formas de pensar o campo dos direitos diferenciados.

Notas

¹ Sede Trentin era um dos distritos do, hoje, município de Chapecó, na região Oeste do estado de Santa Catarina. Território de ocupação tradicional do povo *Kaingang*, localizado entre a margem direita do rio Irani e à margem esquerda do rio Lamberdor, foi ocupado na década de 30 por agricultores vindos de outros estados e que

pressionaram os indígenas às margens do rio Irani. A área reivindicada pelos *Kaingang*, no total de 1.885 hectares, foi demarcado parcialmente em 1986, sendo reconhecidos somente 931 hectares, o correspondente à área do atual *Toldo Chimbangue*, ficando de fora a localidade de Sede Trentin, com área de 954 hectares. No ano de 2006, depois de 20 anos de reivindicações e luta dos *Kaingang*, o Decreto n. 11.148/2006 homologa a demarcação administrativa da *Terra Indígena Toldo Chimbangue II* incorporando definitivamente a porção territorial da Sede Trentin a *Terra Indígena Toldo Chimbangue*. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/index_t_chimbangue.htm>. Acesso em: 1º dez. 2009.

² A empresa Hacker Industrial está situada a 12 km do centro da cidade de Xanxerê, no estado de Santa Catarina. Atua na fabricação de turbinas hidráulicas, hidromecânicos e acessórios para Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) no Brasil e no exterior.

³ Da família linguística *Timbira*, do Tronco *Jê*, os *Kyikatêjê* são pouco conhecidos na literatura indigenista nacional. Constituem, atualmente, um dos três povos que habitam a Terra Indígena Mãe Maria, no atual município de Bom Jesus do Tocantins, na região Sudeste do, hoje, estado do Pará. Dados do serviço de assistência a saúde da aldeia apontam a existência de uma população com aproximadamente 300 indivíduos na aldeia.

Recebido em 3 de dezembro de 2009.

Aprovado para publicação em 13 de dezembro de 2009.

